



alários ourados nas undações e ós a pagar

Em Portugal já não esta assistirmos ao saque escarpado e habitual, do ário público, levado a cabo pelos políticos, gestores públicos, boys, girls, familiares e amigos... ainda temos de sustentar mais o saque e sujo das fundações, que é, em boa verdade, no universo paralelo de bergues, criado e inventado para alargar o círculo dos saqueadores a mais pessoal, pois a política e a função pública, já não dispõem de espaço para encaixar tanto o boy e larápio. Assim criam-se institutos, fundações, empresas autárquicas, parasitas para disfarçar aquilo que já não tem disfarce. Mas como ter o privilégio de ter uma empresa e cargos sustentados pelos impostos dos outros, não lhes parece suficientemente bom, ainda decidem abusar nos luxos e alários... Foram detectados casos chocantes". *Maria Palva*

juíza e a comunidade gigana

A juíza Ana Gabriela Felgueiras, do Tribunal de Felgueiras, referiu-se de forma surpreendente à etnia gígana como "pessoas marginalizadas socialmente, marginais, alçoeiras, integralmente subsídio-dependentes de quem pagam obedecendo e atentando contra a integridade física e moral dos seus agentes". Ana Gabriela Freitas generalizou toda os comentários a da a comunidade cigana, afirmando que "está em causa desrespeito da autoridade e, por arrastamento, a própria administração da Justiça" como o demonstram "os centes acontecimentos da vida da Moura, Azinhaga do Louro, Quinta da Fonte ainda culminando com a pressão selvática dos agentes do PSP em Felgueiras". Sem comentários... *Florival Pinto*

Grupo do Facebook
Notícias sem censura"

Arquitecto acusa Estado de tortura organizada

■ Emanuel Câmara

Raffaele Cifrone diz que entrou em Portugal na hora errada e no dia errado, e caiu nas mãos de um juiz sedente de protagonismo, numa carta-denúncia ao procurador-geral da República, queixando-se de abusos e arbitrariedades em que estarão envolvidos "nomes e gente sonante no meio jurídico/penal português".

Um arquitecto italiano acusa o Estado português de tortura organizada ao mais alto nível, numa queixa recebida em Maio último na Procuradoria-Geral da República, posteriormente enviada por Pinto Monteiro a Maria José Morgado, a procuradora-geral adjunta que coordena o Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa.

Raffaele Cifrone, 39 anos, casado, arquitecto e empresário, residente em Nápoles, está detido em Portugal desde Novembro de 2008, encontrando-se desde então em prisão preventiva. Actualmente está no Estabelecimento Prisional de Coimbra.

Alegando terem sido "esgotados todos os recursos, meios e instâncias a quem recorrer", o cidadão italiano dirigiu um "SOS" a Pinto Monteiro, denunciando uma série de abusos e arbitrariedades contra si, nos quais diz que estarão envolvidos "nomes e gente sonante no meio jurídico/penal português".

Na queixa, Raffaele Cifrone denuncia e acusa Carlos Alexandre, juiz do Tribunal Central de Instrução Criminal, Orlando Lopes, à data dos factos, responsável pela área penitenciária da PJ de Lisboa, Eduarda Godinho, directora do EPL, na mesma altura, além de Rui Gomes, director-geral dos Serviços Prisionais. Aos quatro é imputada a prática de 11 crimes: tortura, maus-tratos, ameaça, coacção e coacção grave, falsificação de documentos, danificação de documentos, favorecimento pessoal, recusa de cooperação, abuso de poder, omissão de auxílio e abuso de poder.

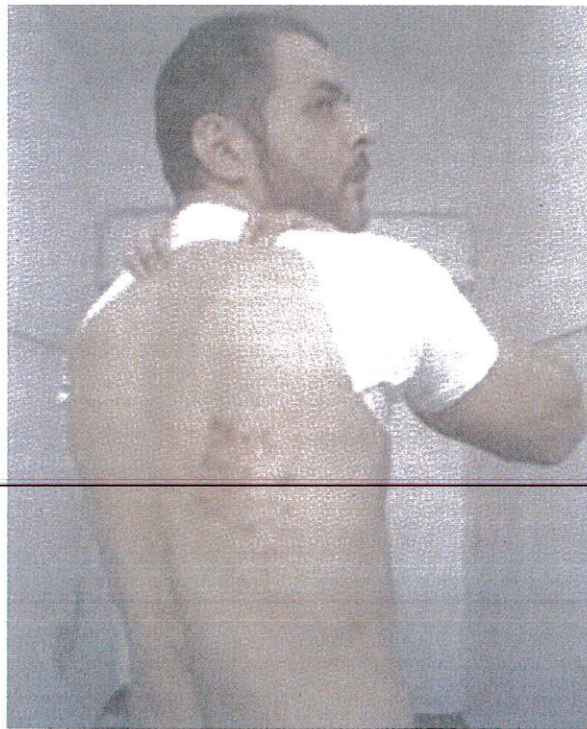
"Violência física e mental"

No ponto 7 da sua denúncia, o arquitecto italiano diz que "é patente a existência de um mandante e autor de toda a violência física e

mental que sofreu e vem sofrendo, aparecendo os outros, como seus cúmplices e co-autores".

Numa cronologia dos factos, recorda que após a sua detenção, em 12 de Novembro de 2008, o juiz Carlos Alexandre tomou em mãos o inquérito 201/08/03 JELSB, Secção Única, no qual é indiciado por associação criminosa, tráfico agravado, líder de rede internacional de narcotráfico e autor de dois sequestros.

Raffaele Cifrone diz que tudo começou logo após ser conduzido à cadeia anexa à PJ de Lisboa, onde terá sofrido "os primeiros tratamentos corporais e mentais", de forma a que, diminuído física e mentalmente, subscrisse uma declaração de culpa, dos actos que não cometi mas de que fui acusado".



Como prova, anexa uma foto tirada em 2008, pouco antes de entrar em Portugal, na qual surge com o filho de 1 anos ao colo: "tinha 95 kg e nunca necessitava de um simples comprimido". Após 20 dias nas instalações da PJ, o seu estado físico começou a degradar-se e acabou por ir parar ao Hospital de Caxias, onde diz ter sofrido "a mais inimaginável espécie de brutalização", dando entrada em Março de 2009 no E. P. de Lisboa, em cadeira de rodas e com 43 kg de peso.

Busca de justiça

Mais tarde foi ilibado dos crimes de associação criminosa, tráfico internacional de estupefacientes e sequestro, e também não foi provada a sua ligação a qualquer organização de carácter mafioso. Contudo, o mesmo colectivo de juízes do Tribunal de Olhão condenou-o a 9 anos por "tráfico de menor gravidade".

"Apesar da severa e desproporcionada pena de prisão a que fui condenado, comecei a recuperar, virando-me então para a busca de justiça", frisou, sublinhando que nenhum dos outros arguidos no mesmo processo sofreu igual condenação.

O arquitecto queixa-se de ter

sido espancado múltiplas vezes e apresenta mais fotos como prova: "os carrascos da PJ, da Guarda Prisional e seus especialistas "GISP" (...) trataram-me da forma que a inquirição aplicava em plena Idade Média".

A versão dos factos apresentada é fundamentada e documentada, considerando o queixoso que "estão em causa não só os direitos fundamentais", como a actuação do poder judicial, "pouco ou nada dado à sensibilidade do sofrimento dos outros, como se estivéssemos ainda na Idade Média, altura em que, o ser humano, era tratado como objecto, uma "coisa", que se podia usar, dominar, torturar, traficar, escravizar, ou assassinar na praça pública".

Amigo suicidou-se

O arquitecto diz que "em Portugal encontrei leis acima da lei". "Se, por um lado, se afirma que o poder judicial é autónomo do poder político, por outro, infelizmente, constata-se uma assumida cumplicidade entre ambos, resguardando-se uns aos outros, impunes e seguros da sua não responsabilização", escreve.

Para melhor perceber a sua denúncia, Raffaele Cifrone conta a teia e o enredo em que se viu enleado, quando na companhia de um companheiro de viagem, e amigo de longa data, entrou no Algarve em busca de um português, Paulo Silvestre, a fim de proceder a acerto de contas de uma transacção comercial. "Desconhecia que tinha sido detido, dias antes, numa operação de combate ao narcotráfico, naquela região", conta ao PGR, acrescentando que rapidamente foi "lançada a rede para a detenção dos dois", com a suposta conexão à mafia e camorra napolitanas.

O arquitecto recorda que o seu amigo, francês, Heroui Badis Kevin, 32, também foi vítima dos mesmos abusos e, um dia, "já sem forças para suportar tanta maldade, humilhação e destruição, acabou por pôr termo à vida, no interior do EPL".

"O único erro que cometi foi entrar em Portugal na hora errada, no dia errado, e cair nas mãos de um juiz sedente de protagonismo", diz Raffaele Cifrone.